

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001636-76.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Valquiria Aparecida Mattioli**
 Embargado: **Nebraska Factoring Fomento Mercantil Ltda**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Relatório Keila
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
1ª Vara Cível de São Carlos

Processo nº 1001636-76.2016**VISTOS**

VALQUIRIA APARECIDA MATTIOLI ajuizou
EMBARGOS À EXECUÇÃO em face de **NEBRASKA FACTORING FOMENTO**
MERCANTIL LTDA, todos devidamente qualificados.

A embargada cobra da embargante a importância líquida, certa e exigível de R\$ 28.000,00 lançados em cheque emitido por ela (embargante) em favor de Garbuio Engenharia e Construtora LTDA EPP. Referido cheque (juntamente com outros) foi sacado para pagamento de serviços de construção. Como a tomadora deixou de prestar os serviços, foi comunicado a ela, verbalmente, a rescisão contratual. A tomadora se recusou a devolver o restante dos títulos que foram sustados embora trocados com a empresa de factoring. Requereu a procedência dos presentes embargos declarando a inexigibilidade do título que instrui a execução. A inicial veio instruída por documentos às fls. 17/43.

À fls. 51/52 foi indeferida suspensão da ação de execução.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A embargada apresentou impugnação alegando que o título foi emitido regularmente. Tomou todos os cuidados necessários antes de adquirir o crédito. No mais rebateu aos embargos e requereu a improcedência do mesmo.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 98. A embargante manifestou interesse em oitiva de testemunhas à fls. 101, argumentando que a oitiva servirá para comprovar que ela (embargante) não autorizou que o título fosse trocado junto à factoring.

É o relatório.**Passo a fundamentar e decidir.**

A execução está lastreada no cheque nº 000006 que veio aos autos por cópia a fls. 79/80, sacado pelo marido da embargante, ERNESTO MATTIOLI, contra o Banco Itaú S/A, no valor de R\$ 28.000,00.

A conta é conjunta entre o embargante e o esposo.

A embargante confessa que a emissão foi livre e consciente e alega que o título foi sacado (juntamente com outros) em razão de negócio firmado com a empresa Garbuio Engenharia e Construtora, que acabou rescindido em razão de descumprimento contratual. Sustenta, ainda, que o engenheiro contratado se negou a devolver os cheques emitidos, ainda não compensados, para pagamento da construção.

Ocorre que o cheque circulou e foi transferido à exequente, NEBRASKA FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA, terceira em relação ao negócio lícito, perfeito e acabado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por ser um título de crédito não causal, o cheque não se vincula ao negócio jurídico subjacente.

Acerca dessa natureza não causal, leciona Fábio Ulhoa Coelho:

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos), segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegeu como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente pode ser criada para representar obrigação decorrente de compra e venda mercantil. Já o **cheque** e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219 - destaquei).

Nesse diapasão vem decidindo nossos Tribunais:

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE Não ocorrência Possibilidade da ação de execução ser suspensa por ausência de bem penhoráveis Preliminar afastada. **TÍTULO DE CRÉDITO CHEQUE Embargos à execução Cheque é título não causal e passível de circulação que independe do negócio subjacente que lhe tenha servido de causa Irrelevância do argumento de falta de relação com o atual portador dos títulos** Sentença de improcedência que cabe ser mantida Apelo desprovido (TJSP, Apelação 0019877-10.2012.8.26.0032, Rel.Des. Jacob Valente, DJ 11/03/2014 - destaquei).

Concluindo: para exigir um crédito materializado em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cheque basta que o credor exiba a cártula sem ter que provar a *causa debendi*; entendimento já consolidado no STJ (AgRg no REsp 1148413/PI, Rel. Min. Castro Meira, DJ 08/05/2012).

Em relação à exigência formal de um contrato entre faturizador e faturizado, leciona Fran Martins que “*O contrato de faturização se forma mediante a simples manifestação da vontade do faturizador e do faturizado. Não requer a forma escrita, se bem que essa seja a usual entre as partes; pode, contudo, ser formado verbalmente, desde que sejam feitas as escriturações em livros de ambas as partes. É, portanto, um contrato simplesmente consensual, havendo, como em todos os contratos, uma proposta e uma aceitação*” (in Contratos e Obrigações Comerciais, 14ª ed., 1998, pág. 478).

Grande volume de contratos de faturização tem como objeto a compra de cheques pré-datados, e duplicatas transferidas como no caso vertente.

É certo que no factoring a transferência dos créditos se opera por cessão e não simples endosso.

Ocorre que no caso não há prova de que a Sacadora tenha levado ao conhecimento da autora que a emissão dos títulos tenha ocorrido por força do negócio desfeito ou mesmo de que a autora soubesse por qualquer outra forma a esse respeito.

Nesse sentido:

Recurso – Apelação – Insurgência contra a r. sentença que julgou improcedentes os “embargos à execução” – inadmissibilidade – Cheque – Contrato de factoring – Cessão de crédito –



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Possibilidade de arguição das exceções pessoais do devedor contra a empresa faturizadora – Inteligência do artigo 294 do Código Civil – Embargante que não opôs as exceções pessoais quando tomou conhecimento da cessão, não se desincumbindo do ônus que lhe cabia a teor do artigo 373, in ciso I do CPC/15 – Recurso improvido. – Apelação n. 1008749-43.2015 – Relator: Desembargador Roque Antonio Mesquita de Oliveira – Juiz Prolator: Thiago Gonçalves Alvarez – Apelante: ROBERTO DE MORAES PAULINO ME e Apelado: PLUS FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA. – Comarca de São Vicente.

Impõe-se, destarte, a improcedência do reclamo.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS**, devendo prosseguir a execução.

Sucumbente, arcará a embargante com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 10% do valor dado à causa.

P.I.

São Carlos, 16 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**